



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

8797

Presidente da Mesa Diretora: Antônio Silveira de Sá

Espécie: Projeto de Lei

Categoria: Utilidade Pública

Autoria: Adilson Rodrigues de Andrade

Data: 18/06/2013

Descrição Sumária: PROJETO DE LEI Nº 83/2013. Concede o título declaratório de utilidade pública municipal à “Associação de Pequenos Produtores Rurais de Lagoa do Barro e Olhos D’água”. (Referente à Lei nº 4.624, de 16/07/2013).

Controle Interno – Caixa: 25.11

Posição: 11

Número de folhas: 05

Ass: P2
Ass: Utilidade Pública
25.11
m: 11
r: 32



20/06
Nº 46/2013

09.07.2013

Câmara Municipal de Montes Claros

Lei nº 4.624, de 16/07/2013

PROJETO DE LEI Nº 83/2013

AUTOR:

Ver. Adilson Rodrigues Andrade.

ASSUNTO:

Concede Título Declaratório de Utilidade Pública Municipal a
Associação de Pequenos Produtores Rurais de lagoa do Barro e Olhos D' água.

MOVIMENTO

1 - Entrada em 18/06/2013
2 - Comissão Legislação e Justiça.

3 - APROVADO EM REGIME DE URGÊNCIA

4 - C.A. GM. 09.07.2013.

5 -

6 -

7 -

8 -

9 -

10 -



Câmara Municipal de Montes Claros - MG

Gabinete do Vereador Diu Andrade

Projeto de Lei Nº **83**/2013

“Concede Título Declaratório de Utilidade Pública”



O Povo do Município de Montes Claros/MG, por seus representantes na Câmara Municipal, aprova e o Prefeito municipal sanciona a seguinte lei.

Art. 1º – Fica considerada de Utilidade Pública Municipal a entidade civil, legalmente constituída, sem fins lucrativos, sob denominação de “ASSOCIAÇÃO DE PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DE LAGOA DO BARRO E OLHOS D’ÁGUA”, inscrita sob o nº do CNPJ 86.713.526/0001-34, com sede na comunidade de Lagoa do Barra e Olhos D’Água, Município de Mntes Claros - MG.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário

Câmara Municipal de Montes Claros, 17 de Junho de 2013


Diu Andrade
Vereador

Adilson R. Andrade
DIU ANDRADE
VEREADOR



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
E FISCALIZAÇÃO
EM 18 DE MARÇO DE 2013
[Assinatura]
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
APROVADO EM COMISSÃO POR
REGIME DE VOTO ABERTO
EM 09 DE MARÇO DE 2013
[Assinatura]
PRESIDENTE



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

ASSESSORIA LEGISLATIVA

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 083/2013 QUE “CONCEDE TÍTULO DECLARATÓRIO DE UTILIDADE PÚBLICA”, DE AUTORIA DO VEREADOR ADILSON RODRIGUES ANDRADE.

Projeto de Lei enviado à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.

Não se reconhece nenhum vício de iniciativa no projeto ou mesmo em seu objetivo, até porque tanto a Constituição Federal quanto a Lei Orgânica Municipal permitem que o Município legisle sobre assunto de seu interesse, como no presente caso.

O projeto em questão, bem como a entidade mencionada, conforme documentação juntada, preenchem os requisitos legais exigidos.

Assim sendo, somos de parecer que o projeto em questão é constitucional e legal e atende à forma técnica de redação.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros, 19 de junho de 2013.

Luciano Barbosa Braga
Assessor Legislativo
OAB/MG 78605



Câmara Municipal de Montes Claros - MG

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 83/2013

AUTOR: Ver. Adilson Rodrigues Andrade

MATÉRIA: "Concede Título Declaratório de Utilidade Pública Municipal à Associação de Pequenos Produtores Rurais de Lagoa do Barro e Olhos D'Água".

I- RELATÓRIO

A proposição foi distribuída à Comissão de Legislação, Justiça e Redação em 18/06/2013, com entrada na Sala das Comissões no dia 20/06/2013.

Compete a esta Comissão, nos termos regimentais, emitir parecer sobre a legalidade, constitucionalidade e forma técnica de redação do projeto.

A Assessoria Legislativa emitiu parecer de legal e constitucional.

II – FUNDAMENTAÇÃO

O presente projeto pretende conceder título declaratório de utilidade pública municipal à Associação de Pequenos Produtores Rurais de Lagoa do Barro e Olhos D'Água".

Nos termos do Estatuto, a referida associação tem dentre outras finalidades as de desenvolver projetos assistenciais de combate à fome e a pobreza, para minorar os efeitos da natureza e da seca sobre o ser humano, proteção à saúde, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice, assistência médica e odontológica, desenvolver projetos culturais e esportivos, para melhoria do emprego e da renda, de instrumentalização do produtor, na economia de subsistência de saneamento básico da comunidade, promoção de integração ao mercado de trabalho, assistência social aos portadores de deficiência.

Verifica-se que o projeto trata de assunto de interesse local e atende os requisitos legais previstos em lei, tendo em vista que foram juntados os documentos necessários à concessão do título.

Sendo assim, esta Comissão entende que a proposição não incide em vício de iniciativa e nem contraria normas legais e/ou constitucionais.

III – CONCLUSÃO

Pelo exposto, esta Comissão conclui pela legalidade e constitucionalidade do referido projeto de lei e que o mesmo atende a forma técnica.

Sala das Comissões, 08 de julho de 2013

Presidente: Ver. Valcir Soares Silva _____

Vice-Presidente : Ver. Ladislau Ronaldo Ferreira _____

Relator: Ver. Alfredo Ramos Neto: _____